

Ação dos membros da Lista P eleitos para o CE (resumo)

No mandato 2021-2024, a lista P do corpo dos Docentes e Investigadores obteve 3 membros eleitos para o Conselho de Escola num total de 15 membros dos quais 9 são docentes e investigadores e 3 são co-optados. Estivemos, pois, em evidente minoria e foi nestas condições que se interveio nos trabalhos do conselho.

O trabalho realizado enquadra-se principalmente nos seguintes aspetos que sinteticamente se descrevem adiante:

- Discussão dos Relatórios e Contas e Orçamentos do IST desde logo através de uma contribuição importante na alteração da metodologia para a respetiva execução e apresentação;
- Intervenção, tendo em conta a correlação de forças existente, na nomeação e eleição dos membros co-optados, um dos quais escolhido por sugestão da lista;
- Intervenção na composição do Conselho Consultivo do IST tendo como resultado a integração de dois elementos de áreas relacionadas com as áreas próprias da missão do IST;
- Apoio ao Regulamento dos Provedores e respetiva nomeação, objetivo que fazia parte do programa da lista apresentado há 4 anos;
- Participação nas Comissões Permanentes do Conselho;
- Intervenção nos vários planos de investimento do IST.
- Etc., outros que se podem considerar de rotina.

Por último, destacam-se os aspetos mais importantes da intervenção da lista P:

1. Intervenção sobre a **política de recursos humanos**. No que se refere às “Orientações Estratégicas para a Afetação Genérica de Recursos Humanos” foi possível tornar primordial, para a afetação de recursos humanos docentes e investigadores, “a melhoria da qualidade do ensino e investigação no IST de acordo com os indicadores nacionais e internacionais” e foi possível incluir “a criação de oportunidades para o desenvolvimento da carreira de

todos os professores e investigadores de carreira do IST, com padrões de exigência elevados ...”, tendo embora em conta o equilíbrio financeiro do IST. Sobre a política de recursos humanos, apresentaram-se constantes críticas e discordâncias, por contrariar a obtenção de um ensino e investigação de qualidade, no que diz respeito ao estabelecimento de alvos para os docentes (em número de 600) e para os investigadores (em número de 50-60) de carreira acompanhado do objetivo dito estratégico da contratação de assistentes de ensino (Teaching Assistants, TA’s), de forma massiva, com tarefas letivas efetivas, de elevada rotação, de forma precária e muitos sem remuneração ao abrigo do Artº 32-A do ECDU.

2. As intervenções sobre o **Financiamento da Escola** com especial incidência sobre dois aspetos:
 - O subfinanciamento crónico quanto ao financiamento público, a necessidade do cumprimento da Lei de Bases do Ensino Superior e a necessidade de se pugnar junto da ULe o ministério da tutela/governo para este cumprimento;
 - A discordância do aumento do valor das propinas dos estudantes com vista ao financiamento do IST.
3. As intervenções sobre o **novo MEPP** com a constante manifestação da necessidade da realização de uma avaliação rigorosa em especial no que diz respeito aos períodos letivos, à afetação de recursos humanos e materiais (instalações e equipamento laboratorial) e aos processos de avaliação formativa e sumativa.
4. Intervenção para a alteração do “Regulamento para Eleição dos Órgãos do IST” no sentido de acautelar o direito à participação na eleição dos órgãos do IST de todos os docentes e investigadores que desenvolvem as suas atividades no IST. Esta clarificação visou fazer a reparação do entendimento que vigorou no último ato eleitoral e que excluiu da participação cívica várias centenas de investigadores que desenvolviam as suas atividades de forma integrada nas Unidades de Investigação próprias ou associadas do IST. Não foi possível levar esta ação por diante, apesar do empate na votação havida no CE para a sua inclusão para discussão, em consequência do voto de qualidade do Presidente do CE.

5. Intervenção sobre o PE. Os membros da Lista P votaram contra mas foi aprovado no CE, embora com votação tangencial. A posição da Lista P centrou-se principalmente nos seguintes aspetos:

- a possibilidade da alteração do IST para o regime fundacional, instituição pública de direito privado;
- O aumento do valor das propinas dos estudantes como fonte de financiamento do IST;
- A introdução do instrumento da contratação individual de trabalho;
- A política de recursos humanos já referida centrada no estabelecimento de um número alvo de docente e investigadores e na contratação massiva de TA's;
- Falta de clarificação na opção estratégica referida como “Campi Especializados”;
- A tendência expressa no PE de a investigação vir a ser “market-oriented”.

Finalmente, realça-se a participação dos membros do CE na elaboração do documento apresentado pela lista P aquando da discussão pública do PE e que elenca de forma desenvolvida a posição da lista.

IST, 27 de novembro de 2024

Vítor Maló Machado